

# **“CONTEXTURA” DE CRISES E “DIALOGAÇÃO”: O LEGADO DA RADICALIDADE CRÍTICA DE PAULO FREIRE PARA O DEBATE EM EDUCAÇÃO SUPERIOR POPULAR**

DA COSTA JÚNIOR, Reinaldo Vicente –UNINOVE  
[dacostajr@gmail.com](mailto:dacostajr@gmail.com)

**Resumo:** O presente texto trata de forma concisa e teoricamente reflexiva da caminhada intelectual de Paulo Freire e sua práxis crítica diante do nível superior de ensino brasileiro pelo seu envolvimento com práticas pedagógicas capazes de problematizar a leitura do mundo a partir do diálogo e a re-definição da posição de seus atores nesse processo. Ampara-se em leituras e discussões de alguns textos seminais, como Educação e Atualidade Brasileira (1959) e “O professor universitário como educador” (1962), para compreender o importante, pertinente e substancial legado crítico sobre a educação superior em momentos que indicavam crises em “contexturas” de conflito, antinomia e contradição entre grupos e frações de classes sociais. Pretende trazer ao debate contemporâneo, de contexto capitalista globalizante e regulações transnacionais domesticantes, elementos analíticos importantes para discutir o papel do espaço universitário para o fortalecimento da participação social, do empoderamento popular nas tomadas de decisão política bem como de uma reengenharia social e democrática em tempos de crise. Tem como um ponto de partida algumas ações pedagógicas na política da educação superior brasileira que se propõem a re-fazer e re-inventar o papel da universidade na busca dessa participação e contribuição popular para a construção de conhecimento acadêmico.

Palavras-chave: Paulo Freire; Educação Superior; Contextura; Dialogação

Pensar a contribuição freiriana à educação superior numa dimensão virtual de produção de conhecimento neste início do século XXI perpassa uma longa discussão que o filósofo pernambucano desenvolveu por toda a sua produção intelectual ainda no século anterior: dar organicidade à ação cultural para a libertação. Tal projeto político necessita de uma pedagogia crítica dos oprimidos que não esteja superposta às “condições histórico-culturais do contexto da sociedade a que se vai aplicar, sob pena de se tornar uma inautenticidade” (FREIRE, 2002, p. 29; FREIRE, 1962, p. 47), ou seja, uma pedagogia sem o devido valor político de transformação e de experiência democrática radical.

Esta tensão dialética entre organicidade e superposição é discutida desde sua tese escrita em 1958, como parte de um concurso para a cadeira de professor na Faculdade de Belas Artes em Recife, intitulada “Educação e Atualidade Brasileira”. A

crítica que Freire desenvolve sobre uma “antinomia fundamental” que caracterizava a “contextura”<sup>1</sup> política, econômica e cultural na metade do século XX, onde a “inexperiência democrática” de alguns séculos de colonização tensionavam-se com a “emergente participação do povo” em ambientes urbanos e industrializados. Diante deste momento histórico de transformações marcantes na sociedade brasileira, a educação no país, em seus diferentes níveis de organização, não apresentava um projeto pedagógico comprometido com a experiência democrática na sua gestão e construção de conhecimento. Ainda encontrava na sua agenda político-pedagógica práticas “superpostas” à realidade histórica a ser desafiada, isto é, ações educativas inautênticas e antidemocráticas, inclusive no nível superior de ensino, como o próprio autor expressa ao final de sua tese:

Aqui, com a escola superior, continuamos a surpreender, em regra, a mesma superposição à nossa realidade, que vem caracterizando a nossa escola média, como a primária. Superposição que a faz igualmente acadêmica e bacharelesca... A desvinculação de nossa escola superior com as necessidades de nosso tempo se faz igualmente com o clima de democratização que vivemos. Nada, ou quase nada, nessa escola, que amplie ou informe os impulsos de rebelião, característicos, de um lado, da própria juventude, e, de outro, reflexos do clima geral que envolve o país. Clima dos mais promissores, porque revelador da presença participante do povo nos acontecimentos de que já não vem querendo ser quieto assistente. (FREIRE, 2002, p. 110-111)

Essa superposição da universidade diante de acontecimentos que Paulo Freire entendia como circunstanciais para a apropriação de práticas democráticas entre

---

<sup>1</sup> O termo “contextura”, diante de todas as nossas leituras das obras freirianas, só foi encontrado nesta sua tese de 1958. Contudo, vimos a possibilidade de não apenas trazê-lo à tona pela sua reflexão naquele momento histórico, mas também entendermos que pode muito bem ser problematizado em nossos tempos. Pode ser entendido como um de seus neologismos capazes de suscitar a sua capacidade de sintetizar conceitos como o de contexto histórico e conjuntura histórica e ampliá-lo como categoria analítica a dar conta desta totalidade histórica pela organicidade e não por uma análise parcial, fragmentada, isto é, superposta à realidade. É na introdução à sua tese que Paulo Freire nos apresenta esta questão: “Em realidade, não nos será possível nenhum verdadeiro equacionamento de nossos problemas, com vistas a soluções imediatas ou a longo prazo, sem nos pormos em relação de organicidade como nossa contextura histórico-cultural. Relação de organicidade que nos ponha imersos na nossa realidade e de que emergamos criticamente conscientes. Somente na medida em que nos fizermos íntimos de nossos problemas, sobretudo de nossas causas e de seus efeitos, nem sempre iguais aos de outros espaços e de outros tempos, ao contrário, quase sempre diferentes, poderemos apresentar soluções para eles”. (FREIRE, 2002, p.9) Portanto, ao retomarmos este termo, estamos nos referenciando a esta possibilidade de buscar a criticidade nas nossas análises a partir do nosso aprofundamento em nossa realidade histórico-cultural, ou seja, nesta “contextura” do princípio do século XXI.

cientistas, técnicos e formadores de profissionais críticos, ainda se mostrava alheia a esta “contextura” e se mantinha preocupada com a produção de conhecimento “bacharelesco e academizado”, ou seja, inautêntico às ações políticas transformadoras e de caráter popular que o momento histórico poderia proporcionar. Não compreendia o potencial rebelde de sua juventude para realizar uma importante transformação na forma como a academia poderia atuar politicamente em torno de seus propósitos científicos, mas também sociais, por uma democracia cognitiva direta e participativa, mediante o diálogo entre não-pares. É o próprio educador que melhor explica este ato político-pedagógico de dialogar para transformar:

O que nos parece de incontestável importância é aproveitar esses impulsos de rebelião e transformá-los em “dialogação” ou “parlamentarização” do estudante com a direção da escola. A dialogação acabaria com os dois mundos em que se vêm, às vezes, dividindo muitas dessas escolas – o dos mestres, o dos alunos. Mundos que não devem apenas se indulgenciar, mas se compreender e ajudar nos seus ângulos diferentes. (FREIRE, 2002, p. 111)

Reorganizar a construção de conhecimento e de se administrar a instituição educativa (inclusive no nível superior), mediante uma horizontalização deste processo pelo diálogo, já é vista desde o início da produção intelectual freiriana como o eixo estruturante do que viria a constituir sua obra pedagogia do oprimido. A “dialogação” seria a maneira mais oportuna para se aprender a democracia pela sua prática e constante reflexão teórica diante desta ação político-pedagógica, ou seja, pela práxis transformadora do conhecimento de diferentes mundos e suas perspectivas em comunicação dialógica. Portanto, Freire via a necessidade de todo educador e educando extrapolar as suas aspirações em busca de um conhecimento mais técnico e instrumentalizado e agregar, a esta relação pedagógica, demandas histórico-culturais que reorganizassem a estrutura política de construir este conhecimento, ou seja, de permitir o acesso e possibilidade de nele interferir.

Cabia aos envolvidos neste processo de pesquisa e ensino, ou melhor, ensino pela pesquisa, como “freirianamente” Pedro Demo o reinventou (DEMO, 1997), inclusive na educação básica, trazer à tona um problema histórico de constituição daquilo que ficou conhecido no ocidente judaico-cristão como universidade. Como

produzir conhecimento num ambiente acadêmico de maneira horizontalizada, pública e intercultural?

Uma possibilidade histórica que se abre para essa perspectiva são algumas universidades formuladas, implementadas e caracterizadas por demandas e lutas políticas de movimentos sociais, cujo elemento central é o aspecto popular e contra-hegemônico na agenda educacional de suas mobilizações. São instituições de ensino superior (IES) estatais que reconhecem

a fragilidade das soluções nacionais e tentam construir uma matriz institucional que responda, ao mesmo tempo, à necessidade de configuração de institucionalidades supranacionais [...] fazem este movimento, nos dois sentidos: superação da lógica do mercado e contraposição de uma matriz institucional de ensino superior alternativa ao modelo transnacional neoliberal. (LOSS; ROMÃO, in: SANTOS; MAFRA; ROMÃO, 2013, p. 92)

Tais projetos universitários se configuraram em um universo de pesquisa do Observatório da Educação da CAPES (OBEDUC/CAPES), intitulado “Universidade Popular no Brasil”, sob coordenação e execução do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE/UNINOVE) e com uma estreita vinculação ao referencial teórico de Paulo Freire e outros intelectuais determinantes para a tradição da educação popular na América Latina. Teve como um ponto de partida algumas ações pedagógicas na política da educação superior brasileira que se propuseram a re-fazer e re-inventar o papel da universidade na busca dessa participação e contribuição popular para a construção de conhecimento acadêmico. Universidades federais constituídas sob o governo de Lula da Silva, com o propósito de expansão pela interiorização e internacionalização dos espaços universitários e como resposta a alguns problemas históricos educacionais brasileiros: baixa taxa de acesso da juventude; assimetrias da distribuição das IES no espaço geográfico de dimensão continental brasileiro; concentração majoritária de matrículas em IES privadas; relação com a política externa de integração brasileira em blocos regionais que participa.

É nessa “contextura” de crises estruturais do regime de acumulação capitalista global, e a busca por novos modos de regulação dessas crises (BOYER, 2009), que movimentos sociais têm encontrado lugar fecundo para lutar por projetos mais

preocupados com equidade e justiça social. A “dialogação” que se desenvolve ora com governos, ora com outros movimentos na sociedade civil organizada são ações pedagógicas bastante significativas e representativas do que os espaços acadêmicos precisam incorporar, caso queiram realmente superar um legado conservador de elitismo e espírito corporativo que compôs sua milenar trajetória histórica.

#### Referências bibliográficas

BOYER, Robert. *Teoria da regulação: os fundamentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Editores associados, 1997.

FREIRE, Paulo. *O professor universitário como educador*. In: Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade de Recife. Volume I, Julho-Setembro, 1962, p. 45-47. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/869/86901009.pdf> > acesso em 30 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002.

LOSS, Adriana Salete; ROMÃO, José Eustáquio. “A Universidade Popular no Brasil” in: SANTOS, Eduardo; MAFRA, Jason Ferreira; ROMÃO, José Eustáquio. (orgs.) *Universidade Popular: teorias, práticas e perspectivas*. Brasília: Liber Livro, 2013, p.